

## IV Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición

Título de la ponencia: *Ibero-america por escrito*

Autor: Giselle Martins Venancio<sup>1</sup>

Pertenencia institucional: Universidade Federal Fluminense

Correo electrónico: gisellevencio@id.uff.br

Brasil

### Resumen:

Haveria uma unidade Ibero-americana que pudesse ser registrada por escrito? Seria possível apresentar para o mundo uma coleção literária que condensasse uma identidade correspondente à Ibero-América? Esta comunicação visa investigar, justamente, um empreendimento editorial que teve como objetivo atender a essa pretensão, qual seja, a de exibir uma visão consolidada das mais representativas obras da literatura ibero-americana. Tendo como foco a coleção que se intitulou *Œuvres Représentatives*, publicada desde 1952 pela UNESCO, pretende-se refletir sobre os modos e processos de intercâmbio cultural transnacional, bem como sobre as formas de construção de identidades regionais, por meio da abordagem específica da subsérie *Ibero-américaine*, da citada coleção. Esta coleção representa um viés possível que se pode seguir para compreender os processos de intervenção internacional da UNESCO em busca de uma maior aproximação cultural entre seus países membros.

**Palavras clave:** tradução, coleção, Unesco, Ibero-América, literatura

### *A Ibero-América por escrito*<sup>2</sup>

Haveria uma unidade Ibero-americana que pudesse ser registrada por escrito? Seria possível apresentar para o mundo uma coleção literária que condensasse uma identidade correspondente à Ibero-América? Este texto visa investigar, justamente, um empreendimento editorial que teve como objetivo atender a essa pretensão, qual seja, a de exibir uma visão consolidada das mais representativas obras da literatura ibero-americana. Tendo como foco a

<sup>1</sup> Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (Brasil). Bolsista de Produtividade (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (Faperj)

<sup>2</sup> Este texto apresenta resultados parciais de pesquisas sobre a tradução de autores brasileiros no exterior. Agradeço ao CNPq, que financia a pesquisa intitulada *No “trânsito geral do mundo”: traduções de autores brasileiros na Europa e Estados Unidos (1940-1970)*, mediante uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (2020- 2023); à FAPERJ, que por meio da bolsa de Cientista do Nosso Estado (2019-2022), aporta recursos à pesquisa *As trad(u)ções do Sul: travessias intelectuais de autores brasileiros na Europa e Estados Unidos (1940-1970)*; e à CAPES junto ao Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), que subsidia o projeto denominado *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial* (2018-2022). Parte das análises aqui expostas foram anteriormente publicadas no texto: VENANCIO, G e FURTADO, A. Fricções no espaço cultural global: traduções, assimetrias e relações de poder. In: FERRERAS, Norberto (org.). *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial* (ebook). São Paulo: Hucitec, 2020, p. 120-147; e no texto: Giselle Martins Venancio, *Ibero-America in Writing, Lingua Franca*, Issue 7 (2021),

coleção que se intitulou *Œuvres Représentatives*, publicada desde 1952 pela UNESCO, pretende-se refletir sobre os modos e processos de intercâmbio cultural transnacional, bem como sobre as formas de construção de identidades regionais, por meio da abordagem específica da subsérie *Ibero-américaine*, da citada coleção.

### **Sobre circulação de ideias e projetos de paz**

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os debates pelo estabelecimento da paz se constituíram mais fortemente, a ideia de uma busca pela universalização das tradições culturais e pela partilha equânime do conhecimento se acelerou. Aprofundaram-se os modos de limitação de um nacionalismo considerado nocivo e buscou-se elaborar um aparato supranacional que garantisse a plena circulação do conhecimento produzido pela humanidade.

Após os horrores da Guerra, era preciso reerguer as sociedades e seus legados. Assim, ao mesmo tempo em que se reconstruíam os países, fazia-se necessário recuperar as heranças históricas, artísticas e intelectuais em suas variadas manifestações. Desse modo, como se sabe, teve início a *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO), que começou a ser discutida na Conferência de Ministros da Educação Aliados (CAME), reunidos em Londres, ainda no transcorrer do confronto bélico e que apresentava, entre seus objetivos, as seguintes metas: 1) fomentar o livre trânsito de ideias e informações, fazendo-as chegar, por exemplo, em escolas, universidades, estabelecimentos de pesquisa ou meios de comunicação disponíveis; 2) criar mecanismos para usufruir das conquistas e legados, avaliando seus usos pelas sociedades; 3) estimular os estudos e a reflexão dos problemas vigentes para o desafio de pacificar o mundo, ao fazer convergir o progresso científico e o bem-estar humano, entre outros (UNESCO, 1946).

Nesses primeiros tempos da UNESCO, dois cientistas britânicos, o zoólogo Julien Huxley (1887-1975) e o bioquímico Joseph Needham (1900-1995) alcançaram um grande protagonismo. Huxley tornou-se o primeiro diretor geral da Unesco, enquanto Needham assumiu a liderança do Setor de Ciências Naturais. O projeto elaborado para a Instituição, liderado por esses cientistas, baseava-se em princípios definidos em um ensaio filosófico publicado por Huxley, em 1946 (Huxley, 1946), cuja premissa era de que o sentido da evolução conduziria a humanidade ao progresso e ao aperfeiçoamento sociais, caracterizados pelo crescente controle da natureza e pela unificação da civilização mundial. Nesse sentido, os

objetivos fundacionais da UNESCO deveriam ser guiados por ideais humanistas de ajuda mútua, pela disseminação das ideias científicas e pelas trocas culturais. Foram estas as ideias

2

que orientaram a constituição da instituição no período entre 1946 e 1952, momento em que a coleção *Œuvres Représentatives* e sua subsérie *Ibero-américaine* foram gestadas. O projeto, contudo, não era totalmente inédito. Parte dele se inspirava em debates que haviam ocorrido antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, no período em que, no rescaldo da Primeira Grande Guerra, intelectuais haviam se organizado para elaborar um projeto de paz que se construiria sobre os alicerces da cooperação intelectual. A Guerra de 1914-1918 abalara a crença na possibilidade de um “espírito europeu”, como anota Christophe Charle (Charle, 2020, 24-25). A Sociedade das Nações (ou Liga das Nações – LdN), fundada em 1919, empenhara-se por fixar as bases para a paz mundial, entre as quais as questões relacionadas à cooperação intelectual começaram a se fazer presentes. Embora não constassem das primeiras propostas em circulação na Liga das Nações, em 1921, o Secretariado propôs a criação de um Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC), que se estabeleceria em 1922, e que seria posteriormente auxiliado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC), com sede em Paris, fundado em 1926 (Renoliet, 1981). O Instituto (IIIC) teria entre suas atribuições, ser « *rigorosamente especializado no estudo e execução de medidas de organização internacional do trabalho intelectual (...) e preocupar-se unicamente em coordenar as organizações existentes e fomentar a criação das que fossem desejáveis (...)*» (Renoliet, 1981).

O pavor ao declínio da Europa e aos conflitos que levaram à Grande Guerra assustavam os intelectuais europeus e os faziam projetar um futuro para a região pendularmente analisado como dividido entre propostas internacionalistas e universalistas e outras que buscavam o protagonismo europeu diante de avanços nacionais. Esses debates contribuíram para a construção de visões humanistas e idealistas que “culminaram na Conferência Internacional do Comitê de Cooperação Intelectual, em Frankfurt, em 1932, ocasião do centenário de morte de Goethe” (Charle, 2020, 30).

Goethe foi tomado então como o símbolo de um idealizado espírito europeu ou mesmo de uma sociedade de intelectuais além-fronteiras (Charle, 2020, 30). Desde a primeira metade do século XIX, sua obra buscara demonstrar como os processos de tradução de textos de uma língua a outra seriam uma forma prática de se estabelecer o trânsito de ideias e a possibilidade de construção de uma literatura de alcance universal. O conceito de *Weltliteratur* (JURT, 2020), por ele definido em textos publicados por Eckermann (1791-

1854), como uma literatura mundial, estabelecida a partir da “crença na existência de um constante processo de efeitos recíprocos entre as literaturas nacionais” (Heise, 2007, 43), permitia que os europeus sonhassem com o ideal de uma cultura cosmopolita (Heise, 2007,

3

53). Contudo, como se sabe, muitos dos pressupostos da história da literatura mundial permaneceram, nos séculos XIX e XX, associados e fortalecidos por uma orientação identitária, centrada na ideia da originalidade absoluta das obras literárias nacionais e na ocultação ou minimização dos fenômenos de trocas e apropriações recíprocas entre as literaturas de línguas e países diversos (Sapiro, 2017, 46).

Também a noção de “cultura nacional” permanecia configurando parte dos debates no interior do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC), pois sua composição, assim como a do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC), era produto de uma disputa entre os diplomatas com assento no Conselho da Liga, o que tornava a busca por resultados que ultrapassassem os interesses nacionais mais simbólico que ativo na Instituição (Grandjean, 2020, 68-69). Às sociedades eruditas e às organizações internacionais criadas antes da Guerra também desagradava a centralização induzida pela Liga. Assim, essas questões e conflitos dificultavam o trabalho planejado pela Liga e por seus institutos.

Embora, como afirma Renoliet, as ações de organização cultural internacional empreendidas pela Liga das Nações não tenham sido em vão - visto que viriam a inspirar largamente o programa da futura UNESCO -, ao se considerar sua eficácia em promover a aproximação e o entendimento mútuo dos povos, vê-se que os fatos dos anos 30, com a deterioração das relações internacionais e a eclosão da Segunda Guerra, em 1939, demonstrariam os estreitos limites de suas conquistas (Renoliet, 1981). Além das condições políticas internacionais concretas, outro motivo que levou ao declínio do projeto das instituições citadas foi seu próprio *modus operandi*, baseado numa “Sociedade de Espíritos” na qual a ideia do “cientista (...) [como] uma espécie de guia espiritual para as massas” acabou por constituir uma “concepção muito elitista de cooperação intelectual” (Renoliet, 1981).

Contudo, se o projeto fracassou no âmbito do espaço europeu, ele se tornou importante para os representantes das Américas. Esses sujeitos participaram, por vezes de modo destacado, dos planos desenvolvidos no interior da Liga das Nações (Roig-Sanz e Subirana, 2020).

Além do fato a ser considerado de que, no momento, ao longo da Segunda Guerra, quando a Alemanha invadiu Paris, as atividades do Instituto Internacional de Cooperação

Intellectual (IIIC) foram transferidas para os Estados Unidos, por iniciativa do diplomata francês Henri Bonnet, com o apoio da Fundação Rockefeller (Pumar, 2020, 291), há uma série de outros eventos que se pode distinguir em relação às iniciativas dos países latino

americanos, com vistas ao cumprimento e aprofundamento dos projetos do Comitê

4

Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC) e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC).

Os países da Ibero-América tinham se tornado terreno fértil para algumas iniciativas inspiradas nas atividades das instituições associadas à Liga das Nações, o que possibilitou o desenvolvimento de ideias de expansão de intercâmbios culturais, que se materializaram, por exemplo, na criação do Instituto Interamericano de Cooperação Cultural, criado em Havana, em 1943 (Grandjean, 2020, 84). Antes mesmo da inauguração deste Instituto, diversos eventos pavimentaram o processo de construção de uma rede interamericana de cooperação intelectual. Em 1936, a Conferência do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC), frequentemente realizada em Paris, foi, pela primeira vez, transferida para Buenos Aires. Em 1939, reuniu-se, em Santiago, no Chile, a Primeira Conferência das Comissões Americanas do Instituto Internacional Intelectual. E em 1941, organizou-se a Conferência Pan-americana de Cooperação Intelectual e Cultural, em Havana (Roig-Sanz e Subirana, 2020, 6-14). Os intelectuais da América, espaço menos afetado pelas consequências da Guerra, organizavam-se em torno da questão da cooperação intelectual e acumulavam experiências (Silva e Galvão, 2021). Neste processo, um aspecto importante a ser destacado é a ausência de escritores de língua inglesa na reunião do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC), em Buenos Aires, em 1936, o que foi, na opinião de Diana Roig-Sanz e Jaume Subirana, compreendido como “uma oportunidade para a América Latina romper com uma relação histórica de dominação (...)” (Roig-Sanz e Subirana, 2020, 6-14).

Assim, no momento da fundação da UNESCO no imediato pós-Segunda Guerra, os delegados da América Latina acumulavam uma série de experiências que poderiam mobilizar no debate que se constituía. A atuação dos delegados latino-americanos no novo organismo internacional seria marcada pelas discussões anteriores, o que lhes dava uma posição mais integrada e de maior protagonismo. Apesar de, por ocasião de sua inauguração, a UNESCO ter herdado parte do projeto do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC) e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IIIC), a nova instituição do pós-Segunda Guerra foi fundada com o objetivo de ter uma dimensão realmente mundial e não unicamente europeia (Roig-Sanz e Subirana, 2020, 6-14) e de ter um alcance socialmente mais amplo que

a anterior.

Logo nos primeiros momentos de sua atuação, a UNESCO deu início a um importante estudo sobre o *status* das *Tensões e Compreensões Internacionais*. Visando integrar vários domínios – as áreas de Filosofia, Humanidades, Artes e Letras –, a Instituição se encarregou de elaborar um questionário para enviar a intelectuais de renome em todo o mundo, com o

5

intuito de mensurar os elementos que cada sociedade dispunha para viabilizar o entendimento entre os povos. Posteriormente, seriam verificadas as respostas no tocante as suas articulações aos aspectos culturais, em geral, e históricos, em particular, pelo viés comparativo. Isso corresponderia a avaliar as ideias que as nações tinham de si, as técnicas aplicadas ao ensino formal, a política e a psicologia para alterar as *mentalidades* talvez ainda predispostas a um nacionalismo agressivo (UNESCO, 1947).

Foi exatamente neste momento que se cristalizou a ideia de elaboração de uma coleção de livros que, posteriormente, seria intitulada *d'Œuvres Représentatives*, que pretendia reunir, num só plano editorial, os cânones literário, filosófico e científico dos países que compunham o organismo. No caso da Literatura, pensava-se em construir um panteão cuja tarefa consistia em auxiliar as sociedades a se compreenderem mutuamente e que ajudasse a promover a paz mundial através da expressão artística lida como altamente qualificada e humanística.

**Em busca da paz e de uma literatura mundial: a coleção *d'Œuvres Représentatives*** Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), de 14 de dezembro de 1946, os membros presentes haviam considerado que embora os fundamentos da paz se achassem “*nos corações e nos espíritos dos homens [...] suas experiências mais nobres não estavam bem difundidas entre as sociedades*” (UNESCO, 1947). Por esse motivo, defenderam que os países precisavam se conhecer melhor e para isso deveriam levar adiante o plano de traduzir, para as línguas de maior circulação, os livros considerados clássicos – e, portanto, atemporais –, legitimamente classificados como universais. Tal resolução, uma vez votada e aceita de forma unânime, foi enviada ao Conselho Econômico e Social da UNESCO. Esta última, na condição de agência da ONU que protege o patrimônio cultural da humanidade, acolheu a proposta em março de 1947, considerando-a um assunto basilar da cooperação internacional e decidindo por apresentar um relatório sobre o tema até junho de 1948 (UNESCO, 1947).

O plano que já havia integrado a pauta da Conferência Geral da própria UNESCO, quando do seu primeiro encontro oficial, entre novembro e dezembro de 1946, na capital francesa, reconhecia a necessidade de realizar as traduções das obras consideradas mais

importantes de cada país e integrá-las numa coleção denominada como *La Traduction des Classiques* (Klengel, 2018).

A coleção não deveria publicar “*obras técnicas destinadas aos sábios e especialistas*”, nem “*obras de vulgarização*”. Ela seria destinada a um público que possuísse uma “*cultura geral*” e para o qual o projeto contribuiria para “*eleva o [seu] nível e número*” (UNESCO,

6

1947). Atento aos possíveis leitores que poderiam ser conquistados com o projeto, os especialistas da UNESCO alertavam que “*algumas obras, se fossem integralmente traduzidas, poderiam ser de difícil acesso a um público de culturas muito diferentes*” (UNESCO, 1947) e, por esse motivo, sugeriam também a organização de antologias e de coletâneas de poesias.

Inicialmente, com o objetivo de mapear os títulos a serem traduzidos, recorreu-se ao envio de um formulário aos governos dos Estados membros que deveriam devolver com a elaboração de suas respectivas listas de autores e títulos. Alguns critérios teriam, no entanto, que ser observados: 1) considerar como clássica toda a obra, de qualquer domínio, que fosse qualificada como suficientemente expressiva de uma cultura ou de uma nação e mantivesse certo *status* de monumento na história do gênio humano e de sua evolução civilizacional; 2) apresentasse características válidas a outros povos, ainda que veiculasse particularidades; 3) as escolhas deveriam dar preferência a livros passíveis de serem destinados a um público amplo e não dirigido apenas a especialistas; 4) era necessário observar os títulos resistentes à prova do tempo e que preservassem suas exemplaridades em diferentes gerações; e 5) priorizar as obras que fomentassem a mútua compreensão entre as sociedades, alimentando sentimentos de bens comuns e respeito às singularidades nacionais. Importa destacar um aspecto fundamental do documento. Ele enfatizava que não deveriam ser negligenciados os “*clássicos alemães*” (UNESCO, 1947, 3) e que isso deveria ser negociado com as autoridades da ocupação no território germânico, lembrando que mesmo nos âmbitos literários, filosóficos e científicos, as escolhas não se solucionavam de forma distanciada das novas configurações geopolíticas estabelecidas.

Mesmo as nações aliadas e vitoriosas da Segunda Guerra não ficariam livres para escolher seus autores e títulos. A UNESCO buscou delimitar precisamente o que seriam as obras clássicas, cuja definição tendia a considerar quase que exclusivamente as referências à cultura ocidental greco-romana e seus legados entre os povos europeus. Frente aos problemas vigentes à época com relação aos direitos autorais, propôs o ano de 1900 como o limite temporal para o ingresso de títulos no panteão dos consagrados (UNESCO, 1950). Após este marco, e considerando o período entre 1901 e 1939, determinou que viriam as referências que

ainda não eram clássicas, porém célebres, classificadas como grandes obras modernas. Finalmente, os títulos publicados a partir de 1940, estariam identificados como obras contemporâneas importantes (UNESCO, 1948).

Os primeiros passos do processo de organização da coleção levaram, no entanto, a embates entre os Estados membros que se deram, justamente, em relação à própria

denominação do projeto - *Traduction des Classiques Mondiaux* – e as classificações por ele estabelecidas. Estas geraram, de imediato, uma série de problemas, pois como se sabe, quando nos referimos aos clássicos, aludimos a uma escala de valor, visto que o termo aparece sempre associado à ideia de reconhecimento. Desse modo, reportar-se aos clássicos é necessariamente abordar processos de recepção, de leitura e de atribuição de relevância

(Viala, 1992, 6-15).

Diversas literaturas nacionais estariam, portanto, excluídas do projeto. Os países da América Latina, ou da Oceania, como a Austrália, teriam seus textos desclassificados como clássicos, mesmo que o século XIX e as primeiras décadas do século XX fossem considerados por esses eles como o período de maior pujança de suas literaturas. As reflexões revolucionárias da Rússia de 1905 e 1917 seriam também excluídas do epíteto de clássicos. Assim, certos Estados buscaram argumentar que nesses períodos surgiram muitos livros apontados como legítimos clássicos, que representavam autênticos valores de suas culturas e eram significativos universalmente, do ponto de vista estético (Klengel, 2018). O posicionamento de algumas nações colocava em xeque os planos de tradução da UNESCO, quanto ao enquadramento temporal dos clássicos, ao mobilizar os próprios termos do questionário enviado aos Estados membros. O documento propunha a elaboração de uma lista de títulos que reunisse aspectos universalistas, marcados por uma capacidade de se tornarem compreensíveis em todo o mundo, além de particularismos que evidenciassem a genialidade nacional. Eram exatamente esses os argumentos os utilizados pelos integrantes das delegações não-europeias para defender a inclusão de seus textos na coleção.

Os problemas e assimetrias entre os países não paravam, no entanto, por aí. Era preciso estabelecer uma ordem de prioridades entre as centenas de obras a serem traduzidas ou retraduzidas, bem como identificar os idiomas de maior carência. Esses não se reduziam apenas aos Estados membros, mas abarcavam também – ainda que eventualmente –, grupos étnicos, linguísticos e culturais específicos (UNESCO, 1948).

Assim, foi somente quando o mexicano Jaime Torres Bodet (1902-1974) foi eleito Diretor da UNESCO, durante a Terceira Conferência Geral, realizada no ano de 1948, em

Beirute, que o projeto começou a se desenvolver (UNESCO, 1948).

Inicialmente, decidiu-se que seriam contempladas as línguas de menor circulação. Preocupados com a questão dos textos escritos em “idiomas de pouca difusão”, o projeto previa a tradução destes para línguas de mais amplo acesso. Acreditava-se que era preciso que a tradução dos textos escritos em línguas pouco conhecidas se desse por meios alternativos, que envolvessem financiamentos públicos e/ou internacionais, vistos que as editoras

8

comerciais não poderiam arcar com os riscos financeiros que poderiam advir desse processo e, por esse motivo, destacava-se a importância do projeto da UNESCO. Como afirma Arrhe, no *Courrier de l'UNESCO*, em 1957, “*uma das tarefas da Unesco, no âmbito do objetivo mais amplo da Organização de contribuir para que a cultura de seus diversos Estados membros seja mais conhecida em todos os outros países, é tentar romper a "cortina de tradução" que torna a literatura de muitos países quase totalmente desconhecida fora de suas fronteiras nacionais*” (Arrhe, 1957, 6).

Logo, o primeiro subgrupo considerado foi o que se referia às traduções de livros em árabe para idiomas de maior circulação e vice-versa. Decidiu-se que uma comissão de *experts* elaboraria a lista de autores e títulos junto com governo libanês. Uma "International Commission for the Translation of Great Books", sediada em Beirute, ficaria encarregada de traduzir os livros do árabe para o inglês, francês e espanhol, e verter as obras ocidentais em árabe. Todas elas seriam, posteriormente, publicadas em cooperação com o “Gibb Memorial Trust”, da Inglaterra, e a “Association Guillaume Boudé”, da França ” (Arrhe, 1957, 6).

Nos anos seguintes, o projeto seria estendido a outras línguas. A partir de 1949, iniciou-se o processo de tradução das literaturas da América Latina (Venancio e Furtado, 2020, 34). Em 1950, ampliou-se às obras persas e italianas e, dois anos depois, chegou a vez dos livros oriundos da Índia, da China e do Japão (UNESCO, 1956). Em meados da década, no ano de 1956, os esforços se voltaram para uma série de antologias do continente africano, quando também se concedeu espaço, finalmente, às produções intelectuais da URSS, que havia recém ingressado no organismo internacional. Além desses projetos, previa-se a divulgação dos impressos das línguas europeias de difusão reduzida, e a tradução de títulos selecionados entre as literaturas nacionais da Europa Ocidental, mais conhecidas na opinião dos dirigentes da UNESCO, a determinados idiomas, principalmente, os asiáticos.

Desde o início dos anos 50, convém destacar, consolidou-se a expressão *Œuvres Représentatives* para nominar a coleção, abandonando-se, assim, tanto as chamadas anteriores que traziam a palavra *classiques*, em uma conotação quase restrita ao mundo europeu, quanto

os termos *grandes livros e obras mestras* entre outros (UNESCO, 1959).

De acordo com os aspectos explicitados, pode-se dizer que, em síntese, o empreendimento visava encorajar a tradução, a publicação e a difusão das obras oriundas dos domínios literário, mas também filosófico e científico de intelectuais advindos da maior quantidade possível de Estados membros, em línguas como a francesa, a inglesa e espanhola, consideradas com maior capacidade de difusão (UNESCO, 1948).

9

Para integrar o catálogo de Literatura o critério basilar era relativo à notória representatividade do escrito, observando o prisma da originalidade e dos valores estético literários, aos quais se juntava a importância como essência do caráter de sua comunidade ou civilização, além, é claro, de atender aos princípios e ideais norteadores da UNESCO quanto ao respeito às diversas sociedades, não sendo permitido que incitassem quaisquer formas de violências ou expressassem o racismo (UNESCO, 1994). O conjunto de impressos passaria a integrar um *corpus* visto como célebre do patrimônio literário universal ao mesmo tempo em que se destacaria pela exemplaridade de sua cultura de origem. Assim, os critérios de seleção ajudariam a reunir a biblioteca das bibliotecas cujas qualidades favoreceriam, no entendimento em voga, à promoção da tolerância e da paz na medida em que dariam a conhecer a riqueza das heranças específicas de cada sociedade. Por esse motivo, era necessário atentar também ao aspecto do equilíbrio geográfico e linguístico para distribuir quantitativamente o(a)s eleito(a)s.

A coleção UNESCO d'*Œuvres Représentatives* acabou por significar a conquista de importantes contribuições *intelectuais*, pois facilitou o acesso a certos livros; e *financeiras*, ao ajudar a promover traduções e adquirir montantes significativos de exemplares para larga difusão. Até 1993, seu catálogo reuniu cerca de 900 títulos, de nomes oriundos de mais de 80 Estados membros, escritos em cerca de 100 línguas (UNESCO, 1994). Do montante total, aproximadamente 250 livros foram reeditados ou reimpressos.

No caso da América Latina, elaborou-se uma lista das principais referências das literaturas nacionais dos países que tinham sido ex-colônias europeias, sobretudo as de Portugal e Espanha a partir dos séculos XV-XVI, e cujas independências foram alcançadas majoritariamente durante o oitocentos. Para esse conjunto de textos criou-se a série específica, intitulada *Ibéro-Américaine* (UNESCO, 1994).

## **A Ibero- América por escrito**

A subsérie *Ibéro-Américaine* publicou, entre 1952 e 1993, marco limite do catálogo divulgado no ano seguinte (UNESCO, 1994), 54 volumes de autorias individuais. Estes, somados aos 11 títulos de Antologias de textos latino-americanos, representam 7,22% dos 900 textos editados, circunstância sintomática do desequilíbrio e da desigualdade da presença de literaturas das ex-colônias de Portugal e Espanha no interior da coleção.

Os textos ibero-americanos foram traduzidos sobretudo para as línguas francesa e inglesa. Há ainda quatro títulos em edições bilíngues: duas em francês-espanhol e duas em inglês-espanhol. Assinam sua autoria, em sua maior parte, intelectuais do sexo masculino, são

10

cinquenta homens, 92,59% dos autores, e apenas quatro mulheres, 7,41% do total.<sup>3</sup> Essas publicações vinham de 12 países, a saber: República Dominicana (que inaugura a série, mas ao fim obtém somente 2 impressos incluídos na coleção, somando 3,70%), Cuba (com 1 ou 1,85%), Bolívia (também 2 ou 3,70%), Uruguai (aparece em 5 momentos ou 9,30%), Argentina (que emplaca 8 escritos ou 14,80%), Brasil (majoritário, com 18 livros ou 33,30%), Colômbia (que contém 3 impressos ou 5,55%), Chile (com 1 ou 1,85%), Venezuela (que inclui 4 ou 7,40%), Peru (idem, com 4 ou 7,40%), México (conta 5 volumes ou 9,30%) e Nicarágua (1 ou 1,85%).

Os livros foram publicados por 28 editoras diferentes, também por vezes em coedições. Por ordem de importância numérica, são elas: Nagel (7), Peter Owen (5), Indiana University Press (4), A. M. Métailié (4), Pan American Union (3), Gallimard (3), Organization of the American States – OAS (3), Plon (3), Institut des Hautes Études de l'Amérique latine – IHEAL (3), Éditions Caribéennes (2), Flammarion (2), University of Pittsburgh Press (2), Colección Archivos (2), UNESCO Publishing (2), Gollancz (1), La Table Ronde (1), Seghers (1), Éditions Universitaires (1), Jonathan Cape (1), Akademische Druck- und Verlagsanstalt (1), State University New York Press (1), Albin Michel (1), François Maspero (1), Alinéa (1), L'Harmattan (1), Granit (1), Actes Sud (1) e Belfond (1).<sup>4</sup>

Seus impressos foram postos em circulação em Paris, Londres, Washington, Bloomington, Graz, New York, Aix-en-Provence, Arles e Pittsburgh, totalizando apenas 9 cidades, mas com destaque para as capitais, especialmente a francesa que retomava o processo de reafirmação de sua centralidade, concentrando a incrível soma majoritária de 62,59% das traduções; a inglesa, com 12,59%; e a estadunidense, com 11,12%. No conjunto, essas três regiões abarcaram 86,30% de todos os livros que surgiram entre 1952 e 1993, impondo-se como instâncias supremas de valorização dos escritores originários dos países de colonizações luso-castelhanas e cujos escritos emergiram sobretudo de traduções para o francês e o inglês.

É preciso lembrar, no entanto, que apesar de todos os esforços empreendidos, e, em função, particularmente, das diversas exigências para a classificação e integração dos livros no empreendimento editorial, nem todos os países das Américas foram incluídos na coleção. Ficaram excluídos o Haiti - que já se via exilado face ao recorte imposto pela própria denominação da série, *Ibéro-Américaine*, considerando que, desde o fim do século XVII, o território se achava sob domínio francês -, a Costa Rica, o Equador, El

<sup>3</sup> Importante destacar que essa estatística considera apenas os livros de autorias individuais, estão excluídas as antologias de textos e poesias.

<sup>4</sup> A diferença numérica entre 54 publicações, mas 59 presenças de Editoras no catálogo se devem a 5 coedições.

Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Porto Rico, embora alguns autores pertencentes a esses países tenham tido certo espaço junto a algumas antologias. Em 1957, quando a coleção já estava em pleno processo de desenvolvimento, a UNESCO publicou um número inteiro de sua revista - *The Unesco Courier* – sobre a coleção (*The Unesco Courier*, 1957, 3). Neste periódico alguns dos volumes que havia vindo à público, ao longo dos anos 50, foram resenhados de modo a se fazer uma maior divulgação dos textos e seus autores.

Dos oito títulos resenhados na revista, três referiam-se à subserie Ibero-americana: *Martin Fierro* (Hernandez, 1955), *Quincas Borba* (Machado de Assis, 1955) e *Enriquillo* (Galvan, 1952), o que denota a importância que a literatura latino-americana assumia, até aquele momento, no interior do projeto da Unesco. Mesmo que em anos posteriores este destaque fosse declinante em relação às literaturas de outras regiões do globo - visto que no total de publicações, os autores e livros latino-americanos ocuparam, segundo os dados de catálogo publicado em 1994 (UNESCO, 1994), menos de 8% do total de títulos -, naquele período dos anos 50, primeira fase da publicação da coleção, os títulos da Ibero-América se destacavam. Até aquele ano, de 1957, 23 títulos dos mais variados lugares do planeta haviam sido publicados em francês e sete em inglês, tendo como língua original o árabe, o espanhol, o português, o japonês, entre outras. Dos títulos vertidos para o francês, nove eram latino americanos, o que correspondia a 40% dos volumes publicados. No que se refere aos títulos publicados em inglês, dois dos oito eram provenientes da América Latina, ou seja, 25%. Assim, do total de livros publicados na coleção d'*Œuvres Représentatives* até 1957, 35% estavam inseridos na subserie Ibero-americana, o que evidencia, claramente, sua importância no projeto, ao longo anos 50.

Os textos do *The Unesco Courier* pretendiam apresentar os autores e os livros a um público que não tinha grande conhecimento da literatura latino-americana que estava sendo

traduzida. Convém notar que parte do objetivo das resenhas literárias era também singularizar os países dos quais provinham os textos publicados na coleção.

O primeiro texto da subserie Ibero-americana resenhado na revista é *Martin Fierro*. Com o título de *Martin Fierro, an epic of the pampas*, a resenha, amplamente ilustrada, escrita por Dominique Lacroix, destaca que o livro publicado em francês agregava os dois volumes escritos por José Hernandez, *El gaucho Martin Fierro*, que teria vindo a público, na Argentina, em 1872, e *La vuelta de Martin Fierro*, de 1879. Saliencia que os volumes, no momento da sua edição na Argentina tinham recebido uma recepção surpreendente entre os leitores, o que teria resultado em cerca de 30.000 exemplares vendidos. Lacroix anota que o

12  
objetivo da UNESCO ao publicar esta obra era homenagear a literatura popular argentina e permitir que um público amplo conhecesse o personagem que viria a se tornar um símbolo maior da identidade daquele país.<sup>5</sup>

Outro texto resenhado é *Enriquillo*, de autoria de Manuel de Jesús Galván, primeiro livro publicado na série Ibero-americana. A resenha, escrita por Rodney Stewart, e intitulada *The cross and the sword* (*The Unesco Courier*, 1957, 30-31.), aborda inicialmente o amplo desconhecimento a respeito da ilha de Santo Domingo. Afirma que na escola pouco se aprende sobre essa porção do globo, e sabe-se apenas que ela foi colonizada pela França e pela Espanha e que hoje é formada por dois países, o Haiti e a República Dominicana (*The Unesco Courier*, 1957, 30-31.). Afinal, o resenhista afirma que apesar desta ser a única novela que se tem notícia da literatura dominicana do século XIX, ela é considerada, em sua opinião, um clássico hispanoamericano.

O terceiro livro resenhado no *The Unesco Courier*, de 1957, é o texto de Machado de Assis, *Quincas Borba*. A autora da resenha, Louise Berger, informa que a história de Rubião - personagem criado por Machado, que se torna rico ao receber uma herança, é roubado por pessoas que lhe pareciam amigas e, por esse motivo, vai, aos poucos, enlouquecendo - fornece uma interessante visão da vida das classes médias brasileiras no final do século XIX (Berger, 1957, 26). O texto parece insinuar que, por meio da leitura de Machado de Assis, é possível conhecer e acessar o Brasil e a vida dos brasileiros.

*Quincas Borba* foi o primeiro título de língua portuguesa incluído na coleção da UNESCO. Este período, dos anos 50, coincide com o momento em que os textos de Machado começaram a ser publicados no exterior, tornando sua obra não apenas conhecida em outras línguas, mas também identificada como destaque e símbolo da literatura brasileira. Embora desde o início do século XX, Machado de Assis fosse um autor reconhecido em seu próprio

país, a tradução de seus livros e sua publicação em outros quadrantes não se deu no mesmo ritmo de seu sucesso nacional (Furtado, 2020, 170). Na opinião de Hélio Guimarães, a internacionalização da obra de Machado de Assis somente ganhou “*impulso na década de 1950, com as primeiras traduções de seus romances para o inglês*” (Guimarães, 2017, 20).

A resenha do *The Unesco Courier* trata apenas do texto de Machado de Assis, não observando outros ângulos do livro publicado. Entretanto, ela apresenta um curioso aspecto que nos leva, obliquamente, ao autor do prefácio do volume inserido na coleção. O livro

<sup>5</sup> A extensão da bibliografia sobre Hernández e, mais especificamente sobre Martin Fierro, torna impossível, nos limites deste texto, discriminar todas as referências. Porém, considerou-se importante, mesmo que, brevemente, fazer menção a esta resenha que pode ser de interesse aos estudiosos do tema.

13

*Quincas Borba* publicado em francês foi prefaciado na edição da Nagel por Roger Bastide e, embora a autora da resenha não atente a esta questão, um aspecto editorial da revista nos remete imediatamente a esse importante intelectual francês que passou parte da sua vida no Brasil, como professor da Universidade de São Paulo (USP). A imagem utilizada pela revista para ilustrar a resenha é um desenho feito por Gilberto Freyre para a edição de 1951, pela Editora José Olympio (Rio de Janeiro), de seu livro *Sobrados e Mucambos*, como é destacado no próprio periódico.

A associação de Gilberto Freyre e Machado de Assis feita pela revista e que, aparentemente, pode ser vista como surpreendente, tem suas razões. Em primeiro lugar, Roger Bastide, o prefaciador responsável por apresentar a obra de Machado de Assis ao público francês, é o tradutor do livro *Maîtres et esclaves* (Venancio e Furtado, 2020), de autoria de Gilberto Freyre, publicado na França, pela Gallimard, alguns anos antes, em 1952. No prefácio, escrito para a obra de Machado, Bastide retoma uma avaliação sobre os livros deste último autor, que ele publicara na *Revista do Brasil*, em novembro de 1940. Neste texto, intitulado *Machado de Assis paisagista*, o intelectual francês, contrariando às leituras até então feitas da obra do literato, afirmara a sua vocação como “*um dos maiores paisagistas brasileiros*” (Bastide, 1940, 418). Para justificar o fato de Machado fazer descrições da paisagem de forma ligeira, em “*três pinceladas*”, Bastide recorreu a justificativa de que isso ocorria devido a “*causas de ordem sociológica, no momento histórico em que [Machado] compôs sua obra*” (Bastide, 1940, 419). Para explicar essas causas lança mão justamente de ideias de Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e Mucambos* (Freyre, 1936). Afirma que a vida dos brasileiros se modificara muito durante o período do Império e que era “*evidente que a arte de Machado de Assis correspond[er]ia ao desabrochar, dessa sociedade urbana*”

(Bastide, 1940, 419), descrita por Freyre em seu livro.

Essa mesma aproximação entre os dois autores seria promovida por Bastide ao escrever o prefácio de *Quincas Borba* em francês (Furtado, 2020, 157-182). No texto, publicado em 1955, o prefaciador retoma aspectos que havia tratado anteriormente, destaca que a narrativa de Machado de Assis se inseria no clima de decadência do patriarcado da sociedade imperial brasileira do século XIX e acentua que, por sua trajetória e produção, o autor deveria ser visto como símbolo da nacionalidade brasileira. Neste texto, Bastide novamente se apoia nos escritos de Gilberto Freyre. Eles lhe servem para distinguir Machado entre os escritores do século XIX e lhe permite dizer que a história literária brasileira não possuía um período que pudesse ser caracterizado como clássico, mas caso esse período existisse, ele seria integrado por um único autor: Machado de Assis.

14

Logo, se Louise Berger, autora da resenha não se ocupou de destacar o prefácio do livro publicado pela Nagel, a ilustração da página acentuou relações implícitas entre o prefaciador, o autor do livro e Gilberto Freyre. A citação da obra de Freyre, que naquele momento ocupava um lugar de destaque entre os autores brasileiros na França, pode ter servido, justamente, para designar e legitimar Machado de Assis como um autor representativo do que de mais genuíno poderia ser simbolizado como a identidade brasileira em divulgação para o público francês.

Se nos anos 50, houve destaque para a literatura ibero-americana no interior da coleção, a partir dos anos 60, a série Ibero-americana foi se tornando menos importante, chegando aos anos 90, representando menos de 8% do total de obras publicadas, como já se destacou (UNESCO, 1994). Também o interesse pelos por ideais universalistas, baseados num humanismo nos moldes propostos por Huxley, nos anos 40, foi perdendo fôlego no interior da Instituição e da coleção.

Um documento publicado pela UNESCO, em 1953, elaborado por uma Comissão de *experts*<sup>6</sup>, constituída por demanda da própria instituição, evidencia as novas ideias em debate. Intitulado “*L’humanisme de demain et la diversité de cultures,*” (UNESCO, 1953) o texto asseverava que “*qualquer ação internacional corre o risco de ser estéril e mesmo nefasta se não levar em consideração a diversidade e originalidade das culturas e das relações que se estabeleceram ao longo da história.*” (UNESCO, 1953). Atento aos debates promovidos pelos processos de descolonização afro-asiática, o Comitê alertava que era fundamental que se desse atenção “às ideias e ideais” de Nações com as quais, anteriormente, se tinha tido pouca conexão e afirmava que “*os esforços feitos para resolver os problemas econômicos, sociais*

*ou políticos reconhecidos como de interesse comum têm gerado tensões que ameaçam os valores fundamentais da civilização”* (UNESCO, 1953, 402). Os especialistas propunham então um plano de ação que deveria constituir as bases de atuação da UNESCO.

Considerando que o progresso tecnológico e as mudanças econômicas e materiais pelas quais passavam alguns países alteravam substancialmente seus modos de vida e sua cultura, acreditavam que era preciso garantir que essas populações, em suas novas condições sociais, tivessem meios de construir valores comparáveis aos que antes haviam formado. A tarefa a ser desempenhada, segundo os especialistas, deveria ser levar essas sociedades a adquirir conhecimento, tecnologias e novas condições materiais de vida, ao mesmo tempo em

<sup>6</sup> O Comitê era formado pelos seguintes nomes: MM.C. C. Berg (Pays-Bas), Sérgio Buarque de Holanda (Brasil), M. Castro Leal (México), Lucien Febvre (France), M. Griaule (France), Richard Mckeeon (États-Unis), Mei Yi Chi (Chine), Mostafa Amer Bey (Égypte), J.M.Romein (Pays Bas), N.K. Sidamtha (Inde).

15

que se preservariam suas particularidades – línguas, costumes, artesanato, folclore e crenças – de modo a que suas mais importantes características culturais não desaparecessem. Esses povos deveriam contar com o auxílio da UNESCO para preservar seus monumentos importantes e difundir o conhecimento de sua cultura e o respeito por seus valores entre os demais povos do mundo. O Comitê finalizava seu documento, afirmando que *“as nações devem adquirir e disseminar, com a ajuda da Unesco, o conhecimento dos diferentes sistemas de valores elaborados pelas diversas civilizações, os diversos meios que utilizam para atingir esses valores e a diversidade de circunstâncias materiais que condicionam a concepção e o alcance desses valores”* (UNESCO, 1953, 403).

Os membros do comitê concluíam afirmando que o maior desafio da compreensão internacional era o problema das relações entre as culturas. Para que fosse possível emergir uma sociedade mundial de compreensão e respeito mútuo era preciso que se assumisse uma nova forma de humanismo em que a universalidade se concretizasse através do reconhecimento de valores comuns *“sob o signo da diversidade das culturas”*. E essa era uma meta que só poderia ser alcançada por um organismo internacional atento às questões contemporâneas.

À UNESCO caberia convocar os países para trabalhar em prol desse novo humanismo que revelaria, sob expressões específicas e particulares, valores e significados comuns. Assim, embora a coleção d’*Œuvres Représentatives* e sua subsérie Ibero-americana tenha seguido sendo publicada ao longo de toda a segunda metade do século XX, foram outros critérios de seleção de autores e títulos, particularmente ligados a um crescente debate sobre diversidade

cultural, que passaram a conformar a escolha dos textos a serem traduzidos. O humanismo universalista que conformou suas primeiras produções foi, paulatinamente, sendo substituído pelo “*novo humanismo*” que se consolidaria em meados da década seguinte.

## **Bibliografia**

Actes de la Conférence Générale. Première Session (Paris, 1946). *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO).

\_\_\_\_\_. Troisième Session (Beirute, 1948). *Archives de l'UNESCO*.

\_\_\_\_\_. 5eme Session (Florence, 1950). *Archives de l'UNESCO*.

BASTIDE, Roger. Machado de Assis paisagista [1940]. *Teresa- Revista de Literatura Brasileira*, n. 6, v. 7, São Paulo, p. 418

BERTRAND, Romain. Histoire globale, histoire connectée. In: DELACROIX, Christian et. al (dirs.). *Historiographies: concepts et débats* (v. 1). Paris: Gallimard, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 145, p. 3-8, déc. 2002.

16

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

\_\_\_\_\_. *La langue mondiale*. Traduction et domination. Paris: Seuil, 2015.

Collection UNESCO d'Œuvres Représentatives. Paris, 1994. *Archives de l'UNESCO*

Comité d'Experts sur la Traduction des Grandes Œuvres – Rapport Complémentaire sur les Traductions. PHS / Conf. 1 / 2. Paris, 12 mai 1948. *Archives de l'UNESCO*.

CUTRONI, Anabela Abarzúa. The first UNESCO experts in Latin America (1946-1958). In: BEIGEL, Fernanda (org.). *The politics of academic autonomy in Latin America*. New York: Routledge, 2013, pp. 47 - 64

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Se existo não sou um outro”. Os desafios de ser América Latina. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas e MEYERS, Jorge. *Continente por definir. As ideias de América Latina no século XX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (in print)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FURTADO, André. Credo ut intelligam: os escritores ibero-americanos nas vitrines do Greenwich literário pós 1945. In: VENANCIO, Giselle; TAVARES, Mariana e GONÇALVES, Roberta. *Tessituras Históricas*. Curitiba: Appris Editora, 2020

GALVAN, Manuel de Jesus (République dominicaine). *Enriquillo*. Traduction de Marcelle Auclair. Paris, Nagel, 1952.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Unesp, 2017

HEILBRON, Johan. Toward a sociology of translation: book translations as a cultural world-system, *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 4, p. 429-444, 1999.

\_\_\_\_\_. Échanges culturels transnationaux et mondialisation: quelques réflexions. *Regards Sociologiques*, n. 22, P. 141-154, 2001.

HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; SORÁ, Gustavo. Introduction: the social human Science in global power relations. *The social and human Science in the global power relations*, Palgrave Macmillan, 2018.

HEISE, Eloá. Weltliteratur, um conceito transcultural. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, v. 9, n. 11, 2007.

HERNÁNDEZ, José (Argentine). *Martin Fierro*. Traduction de Paul Verdevoya. Paris, Nagel, 1955.

HUXLEY, Julian S. *UNESCO: its purpose and philosophy*. Paris: UNESCO, 1946. *Index*

*Translationum*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/xtrans/bsstatlist.aspx?lg=0>>.

JURT, Joseph. *Naciones literarias: una sociologia historica del campo literario*. Vila Maria: Eduvim, 2014.

\_\_\_\_\_. Du concept de Weltliteratur à la théorie d'un champ littéraire internationale. *CONTEXTES*, n. 28, 2020.

KLENGEL, Susanne. El derecho a la literatura (mundial y traducida). Sobre el sueño translitológico de la UNESCO. In: MÜLLER, Gesine; LOCANE, Jorge; LOY, Benjamin (orgs.). *Re-mapping world literature: writing, book markets and epistemologies between Latin America and the Global South*. Berlin / Boston: De Gruyter, 2018.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria (Brésil). *Quincas Borba*. Traduction d'Alain de Acevedo; introduction de Roger Bastide. Paris, Nagel, 1955.

Plan de Traductions – Questionnaire. PHS / 5. Paris, le 5 juillet 1948. *Archives de l'UNESCO*.

Programme de Traduction de l'UNESCO – A) Collection d'Œuvres Représentatives. ALT / 865. Paris, le 1er juillet 1956. *Archives de l'UNESCO*.

17

\_\_\_\_\_. ALT / 1474. Paris, le 30 juillet 1959. *Archives de l'UNESCO*.

Résolutions de la Conférence Générale. Deuxième Session (México, 1947). *Archives de l'UNESCO*.

RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée : La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*. Nouvelle édition [en ligne]. Paris : Éditions de la Sorbonne, 1981 (généré le 03 avril 2021). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/psorbonne/46863>>.

ROIG-SANZ, Diana e SUBIRANA, Jaume (ed.). *Cultural Organizations, Networks and Mediators in Contemporary Ibero-America*. New York: Routledge, 2020

SAPIRO, Gisele. *Los intelectuales: profesionalización, politización, internacionalización*. Vila Maria: Eduvim, 2017.

SILVA, Bruno e GALVÃO Jr., Heraldo. A “conexão latino Americana”: história das Américas, ensino de História e a historiografia de Eugenio Pereira Salas e Ruggiero Romano. In: SUZUKI, Júlio César; NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de (orgs.). *Redes culturais colaborativas latino-americanas*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), 2021 (prelo).

STAUT, Lea Mara Valesi. Machado de Assis na França. *Travessia*. Florianópolis, n. 16, 17 e 18, 1989, pp. 279-290.

Traduction des Classiques Mondiaux. PHIL / 7. Paris, 1er juillet 1947, p. 1. *Archives de l'UNESCO*.

*The Unesco Courier*, n. 6, jun. 1957

UNESCO. L'humanisme de demain et la diversité de cultures (déclaration commune du groupe d'experts réuni par l'UNESCO). In: UNESCO. *L'originalité des cultures*. Son rôle dans la compréhension internationale. Paris, juillet 1953.

VENANCIO, Giselle e FURTADO, André. *Mestiça cientifidade*. Três leitores franceses de Gilberto Freyre e sua máxima consagração no exterior. Niterói: EDUFF, 2020

VIALA, Alain. Qu'est-ce qu'un classique? *Bulletin des bibliothèques de France*. Paris, t. 37, vol. 1, 1992, pp. 6-15

WONSCH Danielle. Einstein et la Commission internationale de coopération intellectuelle / Einstein and the International commission for intellectual cooperation. *Revue d'histoire des sciences*, tome 57, n. 2, 2004.